

# Da letargia à euforia

CARLOS CHIARELLI

Logo depois da eleição de 1986, ante a euforia incontrolável do PMDB e o abatimento excessivo do PFL, teve-se a impressão de que os liberais poderiam ter sido arrasados nas urnas e caminhavam para um processo de progressivo desaparecimento do mapa partidário.

As vitórias majoritárias estaduais do PMDB, aproveitando circunstâncias favoráveis, conjugadas com precisão milimétrica ao Cruzado I, criaram, em certas lideranças pefelistas, um abatimento, que ia da nostalgia à exasperação, fazendo prever, ao observador apressado, que poderia ser o início do fim.

Mas, e sempre há um mas no historiar de fatos densos, chegou logo o Cruzado II e abalrou o PMDB pela proa e pela popa, provocando avarias, estragos, num fantástico desmobilizar de ilusões e comemorações — o próprio desmanchar prazeres. Isso não somou para o PFL, mas diminuiu o ímpeto avassalador e auto-estimulado do PMDB. Houve uma freada geral de (des)arrumação.

Baixando a poeira, começando a ler o texto das matérias e não apenas as sensacionalistas manchetes, consultando os números eleitorais e não só ouvindo as trombetas dos vitoriosos, o PFL apercebeu-se, saindo da silente letargia, que o resultado não era bem aquele que parecia. Fizera mais de 130 constituintes, conseguira praticamente 25% do eleitorado brasileiro e representava mais de 17 milhões de votantes, num país em que o total deles não chega a setenta milhões, num pleito em que a abstenção fora impressionante.

"Então somos muitos", constatou-se em termos de "pefelê", como dizem os nordestinos. E mais: vamos pesar onde se precisa pesar, que é na Constituinte. Vamos ter de transferir nosso poder de fogo, que era particularmente regional, provincial, quase paroquial, para o cenário nacional, em especial para a mobilização constituinte.

E o partido, que era de eleitos, passou a ser de eleitores; que era, sobretudo, de Governadores, passou a ser de parlamentares; que era constituído por adesão, passou a ser cancelado pela eleição.

E, em seguida, apercebeu-se que o passo seguinte era estimular, afetiva, efetiva e profissionalmente, a coesão partidária, fazendo-a, inclusive, símbolo místico, se necessário, do partido. É aquela história — mas não como refrão sonoro, e sim como estratégia e procedimento — do partido unido, jamais será vencido...

E foi com essa prioridade para o cenário parlamentar, destacadamente a Constituinte; com essa transferência, por impulso das bases, e por decorrência do resultado não vitorioso nos pleitos majoritários e satisfatório nos proporcionais, do panorama estadual, para o cenário federal, que o PFL decidiu não ser ao-somente 118 deputados e 15 senadores. Esforçou-se e esforça-se para ser uma bancada de 133 parlamentares com uma linguagem, se não idêntica, pelo menos similar, e com um procedimento, se não igual, pelo menos bastante uniforme.

E é desse jeito que o partido atravessou os tempos de inicial desesperança, dos estigmas de fracasso, e depois de um rápido mergulho de quietude voltou à tona e subiu. Subiu muito.

Traçou firmes diretrizes. Mostrou por onde passa a linha da moderação. Destacou-se na defesa das teses do centro demo-

crático, levantou a bandeira das preocupações prioritárias com a classe média. Alertou o Governo para que não se deixasse dominar por arreganhos de minorias radicais, particularmente esquerdistas, e acabou co-liderando um processo continuado — que já repetiu quatro ou cinco vezes na Constituinte — onde por votações expressivas prevalecem as teses de que compartilha ou que propõe.

Passou o PFL a mostrar ao Governo que solidariedade não é subserviência e que apoio não retira o direito à crítica construtiva. Diz o partido que deseja ser ouvido, e para isso, dizemos nós, precisará progressivamente falar, propondo alternativas, sugerindo prioridades ao Governo de que faz parte e a quem dá sustentação.

O partido, com os ganhos que teve na ação parlamentar, na solidariedade participativa da bancada, na iniciativa firme de posturas onde não há lugar para a indecisão, hauriu vitaminadas forças para a sua revisão interna.

O passo subsequente é fazê-lo agilizar-se, como na sua dinâmica organizacional, na sua capitalização (atingindo as regiões até onde não teve tempo para chegar), instituindo seus departamentos e setores, penetrando a sociedade como um todo.

O partido tem a vantagem de ter uma mensagem e defender uma doutrina. Tem o que dizer. Não é mero agrupamento pré-eleitoral de tonalidade furta-cor. É proposta que precisa transformar-se em ação. Com a Constituinte, chegou o seu tempo de pregação catequética. E ele está mostrando que tem vigor para tanto.

Carlos Chiarelli é Líder do PFL no Senado.

## Optar pela oposição

JALLES FONTOURA

Vivemos hoje a fase final da já longa transição política. Iniciada ainda no Governo Geisel e planejada na sua última fase por Tancredo Neves, a transição deverá encerrar-se com a promulgação da nova Constituição no final deste ano. Tancredo imaginava ser a Constituinte o berço ideal para os novos partidos políticos, ocupando os maiores o centro majoritário, alternando-se no poder, cabendo às agremiações de direita e esquerda a sinalização da vida política e a garantia da participação no processo de todos os segmentos da opinião pública brasileira.

O Presidente Sarney deu plena e quase religiosa continuidade ao processo em curso, falhando apenas quanto à administração da economia, onde seu governo vem tropeçando seguidamente, a ponto de colocar em risco o próprio processo político.

O Partido da Frente Liberal (PFL) foi e é um instrumento vital para garantir a transição. Seja pela sua maior experiência de governo, oriunda do período anterior (o PMDB ainda hesita entre o palanque e o poder), seja pela maior homogeneidade de ação, o partido foi constantemente a referência para a superação de situações críticas surgidas no exercício do poder civil.

Hoje o PFL vive um desafio maior do que o seu nascimento em 1984.

Apesar de sua grande estrutura legislativa (deputados e senadores), que o torna o segundo maior partido do País, não tem ainda raízes na sociedade brasileira.

A identificação popular inicial, especialmente entre a classe média, pelo perfil liberal, vem se desgastando. A total fidelidade é o atrelamento do partido ao Governo passam à opinião pública imagem de fisiologismo e governismo, que nos afastam dos segmentos de maior consciência crítica, exatamente aqueles que devem ser a base de um partido liberal.

Como pefelista convicto, entusiasta da opção liberal da sociedade brasileira, creio que é chegada a hora da definição do Partido da Frente Liberal, por ser uma real alternativa de poder. Para isto é necessário após a promulgação da nova Constituição, finda a transição, com a qual nos comprometemos, como autores e atores, o afastamento do Governo Sarney, encerrando a Aliança Democrática.

Tal fato não poria em xeque o novo regime. O PMDB tem folga da maioria nas duas Casas Legislativas e está apto a assumir integralmente o comando do Governo federal, como, de resto, já o fez na quase totalidade dos Estados e Municípios, graças às eleições de 1982 e ao Plano Cruzado em 1986.

Se a Constituinte decidir-se pelo regime parlamentarista, como está escrito hoje, no projeto aprovado pelas Comissões Temáticas, tanto melhor. O Deputado Ulysses Guimara-

rães, o tri-Presidente (do seu partido, da Câmara e da Constituinte), será naturalmente o Primeiro-Ministro e seu partido assumirá integralmente o Governo.

Tal situação definirá com clareza a situação política brasileira e facilitará a opção do eleitor, hoje perplexo perante uma coligação, PMDB/PFL, a nível nacional, que não existe a nível municipal, palco das próximas e decisivas eleições de 1988.

Acrescente-se que, na esmagadora maioria dos 4.179 Municípios brasileiros, a política local é polarizada exatamente entre estas duas correntes políticas.

A opção pela oposição facilitará ainda ao PFL, somar correntes políticas, hoje dispersas em vários partidos menores, através de coligações, e dará um enorme impulso ao partido, via identificação com correntes populares hoje afastadas, mas ideologicamente afins, que serão naturalmente atraídas no instante que nos afastarmos do Governo.

Aureliano Chaves, Marco Maciel e outras lideranças nacionais do partido, percorrendo o País em campanha, voltarão à disputa pela Presidência da República em 1989 e cimentarão de forma definitiva a grande alternativa partidária desejada pelo eleitorado brasileiro, que, acreditado, deverá emergir do partido da Frente Liberal.

Jalles Fontoura é Deputado federal pelo PFL do Goiás.